

I Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação

12 a 14 de setembro de 2017- Naviraí-MS



CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO INDUSTRIAL DE MATO GROSSO DO SUL

Bruna Maria Oliveira Benites Ferreira
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Ponta Porã
bruna1maio@hotmail.com

Patrícia Pogliési Paz
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Ponta Porã
ppatipaz90@gmail.com

Rafael Gonçalves Moreno
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Ponta Porã
rafael_g_moreno@hotmail.com

Viviane Scalon Fachin
Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Ponta Porã
sfviviane@uems.br

Eixo Temático: Desenvolvimento local/regional

RESUMO

O objetivo do artigo é apreender o processo de formação histórica da indústria no Estado de Mato Grosso do Sul. Mais especificamente, busca-se identificar as raízes da formação e concentração industrial e seus desdobramentos, realizando inicialmente uma retrospectiva histórica da formação industrial brasileira e posteriormente da formação industrial sul-mato-grossense. No que se refere aos procedimentos metodológicos, realizou-se uma revisão de literatura e coleta de dados secundários. A revisão da literatura pressupôs a identificação de referencial teórico necessário para interpretar e analisar os dados, assim como trabalhos de outros pesquisadores com a mesma temática e disponibilizados em dissertações, teses, livros e artigos científicos. A justificativa para tal análise está no fato de que a indústria exerce vários efeitos e encadeamentos positivos para o crescimento econômico, e que, mesmo possuindo uma estrutura produtiva formada historicamente voltada para o agronegócio, o estado de Mato Grosso do Sul possui potencial para expansão do setor industrial. Os principais resultados recentes indicam que o setor industrial, em alguns elementos como participação no PIB e quantidade de estabelecimentos, tem demonstrado bons resultados e tem apresentado certa oscilação no que se refere a emprego e exportações.

Palavras-chave: Formação Histórica; Mato Grosso do Sul; Indústria.

1 INTRODUÇÃO

A indústria é retratada em diversas obras e vários autores analisaram seus impactos tanto na esfera local quanto na global. Sobre sua importância, Toni (2015, p. 9) esclarece que “historicamente foi à industrialização que proporcionou níveis crescentes de renda e bem-estar da população, gerando empregos mais qualificados e difundindo ganhos de escala”. Entre as características da indústria, é possível citar que seus avanços influenciam diretamente a produtividade do trabalho e geram inovações que atingem outros setores da economia. De certa forma a industrialização é a grande responsável pelo desenvolvimento econômico. Conforme Szirmal (2013) *apud* Toni (2015, p. 9), a “capacidade industrial de uma nação estabelece o potencial e os limites do seu desenvolvimento econômico”.

No caso brasileiro, o processo de industrialização era inexpressivo até a década de 1920, contudo a grande depressão de 1929 motivou e promoveu o início da industrialização brasileira a partir da década de 1930, devido à, entre outros fatores, necessidade de substituir importações. A gênese industrial brasileira aproveitou-se em boa parte da infraestrutura gerada pelo, antes lucrativo e, naquele momento, desvalorizado café. A partir da década de 1930, no governo Vargas, por meio de incentivos estatais, foram realizados investimentos, boa parte com empréstimos de capital externo, em infraestrutura e indústria de base para promover a industrialização brasileira, que se concentrava na região Sudeste. Até a década de 1980, ocorreram tentativas governamentais de promover a indústria por meio de políticas industriais. Após esse período, houve apenas políticas pontuais.

Nesse sentido, no que se refere ao estado de Mato Grosso do Sul, o processo de industrialização é ainda mais recente, por volta da década de 1970. Antes a indústria era de pouca representatividade. Somente nesse período a atuação governamental utilizou-se de um conjunto de programas para promover a agroindustrialização e a expansão da fronteira agrícola no território sul-mato-grossense. Esse elemento estrutural, a base agrária, influenciou o desenvolvimento da indústria, que, no estado, passa a ter seu desempenho atrelado ao do setor primário.

Nesse contexto, o objetivo geral deste trabalho é apreender o processo histórico de industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul. Desse modo, é fundamental analisar e compreender os fatores histórico-estruturais que colaboraram para a atual configuração da estrutura industrial sul-mato-grossense. Para atingir o objetivo, o presente trabalho foi estruturado em três partes, além desta introdução e conclusões. Na seção 2, a Revisão de Literatura objetiva expor as possíveis contribuições da indústria para o desenvolvimento,

tanto em âmbito global como local, analisar o processo histórico de formação da indústria brasileira, sul-mato-grossense e finalmente avaliar o desempenho recente do setor industrial de Mato Grosso do Sul.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A Revisão de Literatura busca apresentar de forma mais específica temas diretamente ligados à temática deste estudo: a formação histórica da indústria no Estado de Mato Grosso do Sul, com o objetivo de conhecer o que tem sido estudado sobre o tema, conceitos, identificação de lacunas na área de estudo, revisão de teorias e análise metodológica. Para Noronha e Ferreira (2000), as revisões da literatura são estudos que,

[...] analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado-da-arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada. (NORONHA; FERREIRA, 2000, p.182).

2.1 INDÚSTRIA COMO ALTERNATIVA

Algumas literaturas sobre crescimento econômico sugerem a existência de efeitos favoráveis que o setor industrial e sua participação na economia podem exercer em termos da dinâmica de crescimento nas diversas economias quando comparada aos demais setores (agricultura e serviços), sendo que tais efeitos estão associados a questões como maior dinâmica de incorporação dos avanços tecnológicos e inovações, ganhos de produtividade, maior remuneração dos fatores de produção (capital e trabalho), efeitos de transbordamento (*spillovers*), dentre outros (VIEIRA; AVELLAR; VERÍSSIMO, 2014).

A industrialização e seus possíveis benefícios estão presentes em muitas obras, inclusive intimamente relacionadas com teorias de desenvolvimento econômico e regional, ressaltando seu importante papel tanto no aspecto de macroplanejamento quanto aplicada à escala local.

A importância da indústria e seus efeitos aparecem nas teorias locais de Christaller, Lösch, Weber, e Isard, principalmente no que se refere ao entendimento do mecanismo de aglomeração e localização industrial e suas subsequentes consequências (CLEMENTE, 2000).

Entre tantos autores, a importância da indústria aparece também na teoria de Walt W. Rostow, e suas cinco etapas para o desenvolvimento, que sem a industrialização não seria possível o arranco para o desenvolvimento, e presente de forma semelhante no Big Push de Rosenstein-Rodan (SARMENTO, 2008). E também o ponto de equilíbrio de Lewis, que prevê a realocação de mão de obra subempregada do setor tradicional para o setor industrial, se tornando uma alternativa que possibilitaria países subdesenvolvidos a atingir o desenvolvimento (GOLLIN, 2014).

Atingindo e proporcionando benefícios, também em escala regional, como no caso de Alfred Marshall, que teorizava a possibilidade de obtenção de um conjunto de vantagens a partir da aglomeração de indústria envolvidas em atividades semelhantes, posteriormente, esse processo foi denominado de economias externas marshallianas, conceito presente em teorias posteriores de aglomeração industrial.

O economista alemão Albert Hirschman retrata a indústria em sua teoria do encadeamento para trás e para frente (*backward and forward linkages*), no qual a industrialização de setores estratégicos é capaz de produzir um impulso dinâmico significativo para o desenvolvimento da economia (OCAMPO, 2008).

A temática industrial está presente também nas teorias do economista francês François Perroux (1955), em seu conceito de polos de crescimento e a importância da indústria motriz. Na concepção do autor,

[...] pólos são as concentrações de atividades industriais que geram riqueza e mercados para as suas áreas satélites. Podem ser considerados, portanto como conjunto de firmas motrizes que influencia a cadeia econômica. A origem dos pólos está na concentração e no desenvolvimento de uma atividade industrial distribuída num raio geográfico que é responsável pela variação de fluxos e produtos. O atendimento às necessidades coletivas derivadas dessas concentrações, como a moradia; o transporte; os serviços públicos; etc. ao lado das atividades complementares da indústria motriz – são consideradas responsáveis pelo aumento das rendas e dos benefícios gerados à população (PERROUX, 1966 *apud* TAVARES, 2015, p. 1).

No que tange à indústria na esfera local, a de se destacar também o conceito de clusters industriais de Schmitz e Nadvi (1999), e de distrito industrial de Pyke, Becattini e Sengenber (1990) através da interação e concentração de indústrias especializadas em certas localidades, envolvidas em diferentes níveis, permitindo a possibilidade de pequenas indústrias obterem vantagens, ou presente também na produção flexível na análise de Piore e Sabel (1984). Analisando a influência da indústria, Brandão (2015), ressalta:

O processo de industrialização expande e aprofunda não apenas a divisão

técnica do trabalho, mas também a divisão social do trabalho em uma sociedade em evolução complexa, em que novas conexões e interdependências vão se estruturando, não apenas entre os elos tecnoeconômicos de seu aparelho produtivo, como também entre os seus agentes cruciais de decisão, com seus encadeamentos de ação transformadora que constroem peculiarmente, em cada país, suas próprias vias, trajetórias e estilos de desenvolvimento (BRANDÃO, 2015, p. 94).

A dinâmica industrial é complexa, possibilita e exige para o seu estabelecimento e desenvolvimento uma complexa rede de interligações que são capazes de promover vantagens onde se encontram as indústrias. Devido seu caráter inovador e de busca constante pela excelência através da produtividade faz-se necessário o estabelecimento de uma vasta rede de suprimentos, entre eles a formação qualificada de trabalhadores, e, para que existam todos esses elementos, é necessária uma transformação estrutural de um determinado local para atender essas peculiaridades.

Sobre o aspecto estrutural, há aqui a necessidade de ressaltar também os autores latinos americanos e o pensamento da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), onde a industrialização é fortemente representada como alternativa para o desenvolvimento. As teorias cepalinas buscavam compreender o atraso dos países latino-americanos e indicar formas de superá-los. Entre seus colaboradores principais, constam Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso e outros. Contudo, no que tange à indústria, foco deste tópico, o pensamento cepalino indica a industrialização como alternativa para romper com o subdesenvolvimento, “daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas” (PREBISCH, 2000, p.72).

O enfoque histórico-estruturalista, legado do pensamento CEPAL, quando aplicado na análise do desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, sinaliza a necessidade de compreender a formação histórica, política, econômica e social do estado sul-mato-grossense para posteriormente suas características produtivas. A história econômica do estado indica sua forte “inclinação” agropecuária induzida por políticas como o Marcha para o Oeste, entre outras. Sobre esse aspecto, de forte “vocalização” agrária, Rathmann et al. (2008) destaca que a agricultura desde a escola clássica da economia recebe importância como fornecedora de excedentes para a acumulação de capital. Sendo o setor agrícola capaz de permitir um excedente de insumos e mão de obra, torna possível a acumulação em outros setores, no caso o industrial. Sobre essa característica da indústria sul-mato-grossense, Pavão (2005) comenta:

O setor industrial, apesar de ter parte do resultado atrelado ao setor primário (agroindústria), apresentou comportamento um pouco mais estável no processo de desenvolvimento econômico do estado. Atingiu taxas de crescimento acima de 10%, em 1986 e 1993; nos anos de 1990, 1992 e 1998 apresentou crescimento negativo. Estes resultados foram causados pela política econômica (1990), que causou pequeno impacto na indústria local, enquanto que nos outros anos apresentou queda maior que a do setor no Brasil. Desde 1998, o setor apresenta um consistente crescimento, indicando a maior importância que o setor vem ganhando na economia local (PAVÃO, 2005, p.199).

Diversas teorias foram desenvolvidas em torno da indústria, seja para analisar sua formação, sua localização ou suas consequências. Contudo, quando se acrescenta a essa análise uma perspectiva histórico-estruturalista, é possível ampliar o alcance do seu resultado, permitindo uma melhor compreensão. Nesse sentido, os itens seguintes deste trabalho evidenciam a base estrutural na qual se desenvolveu a indústria sul-mato-grossense.

2.2 FORMAÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

Para compreender a dinâmica industrial de Mato Grosso do Sul, é necessário apreender as raízes da formação e concentração industrial brasileira e seus desdobramentos na conformação das desigualdades regionais.

Até a década de 1920, a produção cafeeira era a principal pauta das exportações brasileiras, e o estado de São Paulo era responsável por grande parte das exportações de café no mundo. Nesse sentido, Negri (1994) ressalta que o estoque médio de cafeeiros em produção em São Paulo, no início do século XX, ultrapassava 600 milhões e a produção exportável era, em média, oito milhões de sacas, representando dois terços das exportações brasileiras. Nos anos de 1920, o estoque médio de cafeeiros, na mesma região, alcançaria a casa de um bilhão com produção exportável de onze milhões de sacas, mantendo a proporção das exportações nacionais. Para o autor, o café exigiu a montagem de uma rede urbana no estado de São Paulo, que compreendesse um sistema de transporte e comércio, além de serviços para atender um grande número de trabalhadores. Portanto, com o complexo cafeeiro a se desenvolver, surge um processo de urbanização paralelo, que possibilita a expansão de uma agricultura de alimentos e matéria-prima, que passa a operar com recursos próprios.

A economia cafeeira contribuiu de forma relevante para a industrialização brasileira. Negri (1994) aponta que a ampliação e reprodução do complexo cafeeiro não significaram apenas o aumento da produção de café, mas, sobretudo, um processo de criação de novos espaços para a acumulação que se fez acompanhar de efeitos multiplicadores como:

infraestrutura de transportes ferroviários, porto marítimo, de comunicações e de urbanização, além da imigração, que possibilitou o desenvolvimento de um amplo mercado de trabalho, migração, atividades industriais, de serviços, comerciais, de administração pública, e em especial, na estrutura e dinâmica da circulação dentro do território estadual, chegando mesmo aos estados limítrofes. Entretanto, a lógica cafeeira era dependente da demanda do mercado internacional e, em 1929, registra-se o início de um longo período de recessão econômica que afetou diversos países¹ e não seria diferente com a economia cafeeira.

Os efeitos da chamada Grande Depressão foram sentidos no mundo inteiro, com a intensidade variando de país para país. No Brasil que, naquela época, era pouco industrializado, ocorreu intensa desvalorização da saca de café, inviabilizando a sua exportação. A grande depressão acabou por acelerar o processo de industrialização brasileira. Nesse sentido, Silva (2008) destaca que, com a grande depressão de 1929, além da exportação do café ser inexecutável, a importação de produtos manufaturados se tornou inviável. Frente a isso, o país necessitava industrializar-se para substituir importações, e nasce o processo de industrialização perante uma dificuldade externa. Segundo o autor, a indústria de substituição de importações vai se desenvolver, principalmente, com bens de consumo não duráveis, destacando-se a indústria têxtil e a alimentícia. No entanto, apesar de o Estado capitalizar a indústria nascente e existir um grande contingente de mão de obra barata, advinda do êxodo rural, havia restrição financeira e tecnológica para dinamizar uma fundamental indústria de base.

Essa indústria só veio a se desenvolver no Brasil pela ação política do presidente Getúlio Vargas. Durante o período do Estado Novo² (1937-1945), iniciaram-se as políticas buscando a implantação de indústrias no país, que foram intensificadas a partir da década de 1950 com o Plano de Metas³ do governo de Juscelino Kubitschek.

A economia brasileira no momento em que Getúlio Vargas assumiu o governo, após a Revolução de 1930, estava marcada pelo impacto da depressão mundial causada pela crise

¹ Este período de depressão econômica causou altas taxas de desemprego, redução do produto interno bruto de diversos países, bem como diminuição significativa na produção industrial, preços de ações, e em praticamente todas as atividades econômicas, em diversos países no mundo.

² **Estado Novo** - foi o regime político brasileiro fundado por Getúlio Vargas em 10 de novembro de 1937 por meio de um golpe de estado, que vigorou até 29 de outubro de 1945. Mais informações sobre esse regime político estão disponíveis em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EstadoEconomia>> Acesso em: 11. Mai. 2017.

³ **Programa ou Plano de Metas** - ideal desenvolvimentista elaborado no governo de Juscelino Kubitschek com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas. Mais informações disponíveis em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/PlanoDeMetas>> Acesso em 11. Mai. 2017.

de 1929. Notava-se claramente a sua vulnerabilidade pela total dependência em relação ao mercado externo do café. A amplitude do choque alertou para a necessidade de adaptação à nova realidade internacional, mesmo se mantendo a defesa do café (MOREIRA, 2002). Dessa forma, Getúlio Vargas priorizou os investimentos estatais no setor de infraestrutura, tais como transporte, energia e indústria de base, pois desenvolver esses setores era fundamental para garantir o sucesso do projeto de industrialização brasileiro.

Um acontecimento de fundamental importância para o fomento da indústria siderúrgica brasileira foi a construção da Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN), no estado do Rio de Janeiro, no ano de 1941. A instalação da indústria de base no Brasil somente foi possível após o alinhamento político com os Estados Unidos da América. Os norte-americanos forneceram os empréstimos necessários para que a CSN fosse construída. Outro efeito dessa aliança com os Estados Unidos foi a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados (no comando dessa força de coalizão estavam os Estados Unidos, Reino Unido e a União Soviética), lutando contra as forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

As políticas objetivando a industrialização, implementadas no Estado Novo e principalmente no Plano de Metas realizaram investimentos nas áreas de energia, transporte, aparelhamento portuário, educação e saúde, para garantir as condições gerais da produção industrial (SILVA, 2008).

A acentuada concentração da indústria brasileira no estado de São Paulo foi determinada pelo processo histórico, visto que devido ao complexo cafeeiro, o estado dispunha de fatores propícios para a instalação das indústrias como: capital, mercado consumidor, mão de obra e transportes. Dessa forma, a atuação estatal através de planos governamentais, como o Plano de Metas, acentuou esta concentração no Sudeste, destacando o estado de São Paulo. Nesse contexto, Mendonça (2010) aponta que:

[...] os elementos indispensáveis para o processo de industrialização do Brasil estavam concentrados no Centro-Sul do país, principalmente em São Paulo. A industrialização brasileira ocorreu de fato nesse estado da federação, especialmente na sua capital e vizinhança. A cidade de São Paulo também foi muito beneficiada pela sua posição geográfica. Localizada na porção oriental do estado, no planalto e próxima a serra do Mar, e constituindo passagem obrigatória para o porto de Santos, o mais importante do país desde o fim do século XIX, ela cresceu bastante com o comércio do café. No século XIX, esse comércio criou eficiente infraestrutura de ferrovias necessárias ao escoamento da produção cafeeira até o porto de exportação, e todas essas ferrovias passavam pela capital paulista. (MENDONÇA, 2010, p. 8).

A implantação da indústria automobilística no governo de Juscelino Kubitschek contribuiu para o aumento da concentração industrial no estado de São Paulo. Na década de 1970, a região metropolitana de São Paulo representava quase a metade (45%) do valor da produção industrial no país. Além das questões econômicas, essa concentração industrial intensificava as desigualdades regionais, motivando intensa dinâmica migratória (SILVA, 2008). Negri (1994) destaca que

[...] a produção industrial e de serviços, concentrou-se na região Sudeste, em especial em São Paulo e na sua região metropolitana, onde as unidades produtoras adotavam, sempre que possível tamanho e dimensões produtivas para operar em escala nacional. Aliado a isso tivemos, também, uma constante melhoria no sistema de transportes, principalmente o rodoviário, a partir do Plano de Metas. Nas áreas mais atrasadas realizaram-se investimentos em unidades de produção e distribuição com menores escalas, na proporção de seus mercados consumidores. Todos estes aspectos redefinem a questão da desconcentração, impossibilitando uma distribuição mais equitativa da capacidade produtiva, sem que houvesse alguma forte política de indução. É neste contexto que a explicitação da questão regional, no final da década de 1950, deve ser entendida. Ela se evidencia com clareza e torna-se debate nacional com a divulgação dos primeiros resultados das contas nacionais por região, que salientam a desigualdade na apropriação da renda, e com os surtos de imigração, em massa, de nordestinos, "expulsos pela seca", cuja mobilidade espacial se vê favorecida pela melhoria no sistema de transportes (NEGRI, 1994, p. 136-137).

A partir da década de 1940/1950, conforme destaca Diniz (1995), começou a ocorrer um movimento de desconcentração geográfica da produção; inicialmente com o movimento da fronteira agropecuária no sentido do sul do Brasil e, mais recentemente, em direção às regiões Centro-Oeste e Norte e às faixas de cerrados do Nordeste. Os anos de 1970 marcaram uma mudança na localização industrial brasileira com efeitos significativos no setor de serviços e comércio (DINIZ, 1995).

Para Diniz (1995), o processo de desconcentração industrial do estado de São Paulo para várias regiões do país, resultou de vários fatores, em especial de: a) deseconomias de aglomeração na área metropolitana de São Paulo e criação de economias de aglomeração em vários outros centros urbanos e regiões; b) ação do estado em termos de investimento direto, incentivos fiscais e construção da infraestrutura; c) busca de recursos naturais, traduzida pelo movimento das fronteiras agrícola e mineral, com reflexos na localização de um conjunto de atividades industriais; d) unificação do mercado, potencializada pelo incremento da infraestrutura de transportes e comunicações, com efeitos sobre a competição interindustrial e a localização (DINIZ, 1995).

Com relação às ações do Estado objetivando a industrialização do país, Coronel;

Azevedo e Campos (2014) apontam que a primeira ação com o fim de proteger o setor industrial, de forma mais coordenada, ocorreu no governo de Getúlio Vargas, com o processo de substituição de importações que teve início na década de 1930. Posteriormente, a estratégia de fomentar o setor industrial materializou-se, de forma ampla, com Juscelino Kubitschek, sendo objetivo do governo o desenvolvimento do setor industrial, com ênfase na indústria de bens de consumo duráveis. A terceira ação ocorreu no governo de Ernesto Geisel, com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Contudo, em função das crises do petróleo e do cenário internacional desfavorável, o governo não conseguiu alcançar várias das metas e objetivos propostos. Na década de 1980, devido às altas taxas de inflação e à elevada dívida externa, o país não priorizou a política industrial. Nos governos seguintes, de Collor de Mello e de Fernando Henrique Cardoso, embora algumas medidas pontuais tenham sido adotadas, tinha-se a concepção de que uma política econômica que promovesse a estabilidade era a melhor forma de o governo fomentar o setor industrial (CORONEL; AZEVEDO; CAMPOS, 2014).

Na gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com o objetivo de fomentar o setor industrial, foi lançada, em 2004, a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Em 2008, esse governo lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), com a finalidade de fomentar o setor industrial através de incentivos creditícios, subsídios, isenção e redução de tributos e marcos regulatórios para algumas atividades setoriais. Nos anos de 2011 a 2014, o Governo Federal instituiu o Plano Brasil Maior (PBM) que estabeleceu a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior. O intuito era o estímulo à inovação e a produção nacional visando a competitividade da indústria nos mercados interno e externo. Ao mobilizar as forças produtivas para inovar, competir e crescer, o Plano buscava aproveitar competências presentes nas empresas, academia e sociedade.

De acordo com Krugman (1989) *apud* Coronel; Azevedo e Campos (2014, p. 104), “política industrial pode ser interpretada como um empenho governamental em fomentar setores avaliados como importantes para o crescimento econômico do país. Ao escolher proteger e estimular determinados setores, em detrimento de outros, os governos estão direcionando suas ações em busca de uma estratégia de desenvolvimento”.

2.3 PROCESSO HISTÓRICO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL

O objetivo desta seção é apreender o processo histórico de industrialização do estado de Mato Grosso do Sul. De acordo com Jurado (2008), os pressupostos da industrialização em

Mato Grosso do Sul coincidem com o início do processo de desconcentração industrial no Brasil, na década de 1970. Os resultados econômicos alcançados no imediato pós-guerra, prioritariamente pelo bom desempenho da industrialização substitutiva das importações, marcaram o processo de legitimação do desenvolvimento via industrialização. Buscando os resultados econômicos e a modernidade produtiva e social, colocada pela industrialização no centro dinâmico do capitalismo brasileiro, frações marginalizadas do território, sustentadas no intervencionismo planejado, se submeteram ao esforço de industrialização (JURADO, 2008).

A região Centro-Oeste, durante muito tempo, apresentou pouca participação na economia brasileira. No período anterior à dinâmica ditada pela indústria nacional (até 1930), a região se constituiu em um enorme vazio demográfico, na qual o ciclo do ouro teve importância para os Estados de Mato Grosso e Goiás. Entretanto, com a decadência desta atividade, o Centro-Oeste entra em um processo de estagnação, do qual só vai começar a sair após os programas de colonização do Governo Federal, a partir da década de 1940 (PAVÃO, 2005). Por conseguinte, o programa “Marcha para o Oeste”⁴, tinha como objetivo colonizar os espaços considerados “vazios” pelos governos em várias épocas:

A implantação de colônias agrícolas no Oeste brasileiro se deu no contexto da Marcha para o Oeste, visando ampliar o espaço econômico nacional, através da integração das terras do Sul de Mato Grosso. Para o governo geral, tratava-se de ampliar as oportunidades de negócios como forma de conter o descontentamento dos povos nordestinos e sulistas, principalmente o gaúcho, que já estava com suas terras cansadas e a grande densidade demográfica que apontava a necessidade de dar vazão a esta pressão social, principalmente por se tratar de um regime de exceção (PAVÃO, 2005, p. 123-124).

Para Gomes (2016), o estado de Mato Grosso do Sul, por suas condições geográficas, não participou efetivamente do processo de industrialização do Brasil iniciado nos anos de 1930. A costa litorânea do país, principalmente os estados do Sudeste devido a uma aglutinação de fatores, foi responsável pelo desenvolvimento industrial nesse período, o que explica a incipiente tradição industrial sul-mato-grossense. Contudo, Mato Grosso do Sul participou desse processo dando suporte à economia do Sudeste, seja com o fornecimento de matéria-prima, seja como fronteira-agrícola (GOMES, 2016).

Nesse contexto, o sul do Mato Grosso (atual estado de Mato Grosso do Sul) estava

⁴ A “Marcha para o Oeste” proposta pelo governo Vargas, era formada por um conjunto de ações governamentais bastante variadas que iam desde a implantação de colônias agrícolas, passando pela abertura de novas estradas, até obras de saneamento rural e de construção de hospitais. Esta política nacional expansionista buscava a integração nacional e, concomitantemente, a organização dos territórios, garantindo dessa forma, além da segurança e da efetiva posse, a exploração produtiva de imensas regiões fronteiriças praticamente inabitadas (LOPES, 2002 *apud* SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2010, p. 207).

voltado para o mercado interno, para a região Sudeste. Segundo Goldenstein e Seabra, com relação a região Centro-Oeste,

[...] acentua-se o seu caráter de extensão do Sudeste, especializando-se no fornecimento de produtos alimentícios e matérias-primas, cada vez mais beneficiadas na própria região. Esses fatos, acrescidos da ocupação e valorização de espaços anteriormente pouco povoados (Mato Grosso do Sul e centro-sul de Goiás) explicam o acréscimo expressivo da renda agrícola e manutenção da participação na indústria. O caráter de extensão do Sudeste é dado também pelas próprias formas de valorização do capital, favorecidas pela atuação do Estado na expansão das atividades agrárias, através de financiamento e facilidades de escoamento da produção; pela penetração de grandes lavouras industriais como soja e trigo, que na década de 70 vieram se somar às tradicionais culturas oleaginosas e de arroz; pelo avanço renovado da pecuária (plantios de pastos) de cria e recria nas áreas dos cerrados centrais do Pantanal e pelo extravasamento das áreas de invernadas (engorda) de São Paulo e do Triângulo Mineiro para o sul de Goiás e sudeste de Mato Grosso do Sul (GOLDENSTEIN e SEABRA, 1989, p. 62).

Na concepção de Abreu (2000), a Região Centro-Oeste e o espaço mato-grossense⁵ consolidam-se em um importante exemplo de que o diferenciado processo de ocupação do território brasileiro tem-lhe conferido características próprias, guiando-o para uma divisão territorial (e/ou regional) interna, que define diferentes ritmos e graus de crescimento econômico. “[...] por longo tempo, (a Região Centro-Oeste e o espaço mato-grossense) foram pensados como “vazios” demográficos ou, no máximo, como áreas vocacionadas para as atividades agropecuárias. É essa a concepção (e função) que lhes foi atribuída no interior da divisão territorial do trabalho até início dos anos de 1970” (ABREU, 2001, p. 45).

O Estado, através da Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO)⁶ e do Complexo Agroindustrial (CAI)⁷, teve instrumentos para conduzir as transformações no perfil da agropecuária e na configuração espacial sul-mato-grossense, que se caracterizava como atrativa por apresentar vastas extensões de cerrados, planos e “desocupados”, logo, com grande potencial para a expansão da agricultura moderna⁸ (ABREU, 2001). Pavão (2005) destaca:

⁵ Espaço mato-grossense foi à denominação criada pela autora Silvana de Abreu para a área delimitada e analisada em sua pesquisa, e que compreende os limites territoriais dos atuais Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (ABREU, 2001).

⁶ A SUDECO é um órgão federal de intervenção e planejamento específico para a região Centro-Oeste, e teve como suporte o ideário desenvolvimentista (ABREU, 2001).

⁷ A noção de Complexo Agroindustrial serve para caracterizar uma tipologia marcada pelas relações intersetoriais indústria-agricultura-comércio-serviços num padrão agrário moderno, no qual o setor agropecuário passa a ser visto de maneira integrada à indústria (FARJADO, 2008, p. 31).

⁸ Somente a partir de meados da década de 1960, a agricultura brasileira inicia o processo de modernização, com a chamada Revolução Verde, que estava fundada basicamente em princípios de aumento da produtividade através do uso intensivo de insumos químicos, de variedades de alto rendimento melhoradas geneticamente, da irrigação e da mecanização [...] (BALSAN, 2006).

O Governo Federal, através dos programas de integração da economia nacional, possibilitou a inserção da região Sul de Mato Grosso (Mato Grosso do Sul) no processo, através da expansão da fronteira agrícola, visando modernizar a produção agropecuária do país, transformando a atividade em moldes capitalistas empresariais (PAVÃO, 2005, p. 153).

Nesse sentido, a atuação governamental através da implantação de um conjunto de programas no Oeste brasileiro beneficiou a acumulação e valorização do capital, baseada na promoção da agroindustrialização, na concentração fundiária e na consolidação do crescimento populacional urbano superior ao rural (ABREU, 2001). Destarte, sobre a modernização na agropecuária do estado de Mato Grosso do Sul, Terra (2006) explica que:

[...] é a partir da década de 1970, dentro do contexto das grandes transformações da formação social brasileira, em decorrência de sua inserção em uma nova divisão internacional do trabalho – comandada por grandes oligopólios transnacionais – que Mato Grosso do Sul se integra definitivamente à expansão do capitalismo no campo, consubstanciando assim numa modernização da produção agrícola, destinada à produção de culturas para a agroindústria e principalmente para exportação. Os solos do cerrado que vinham sendo utilizados exclusivamente pela criação da pecuária extensiva passam a dar lugar a um novo tipo de uso e ocupação, o da agricultura moderna, quebrando então o estigma de que esses solos eram impróprios para uso de cultivos agrícolas, em razão de suas características ácidas e por apresentar baixa fertilidade (TERRA, 2006, p. 3).

A partir de 1977, com a criação do Estado de Mato Grosso do Sul⁹, ocorreu a inserção da economia sul-mato-grossense no processo de desconcentração industrial, através da atração de investimentos na agroindústria, principalmente de empresas de São Paulo, do setor frigorífico e de esmagadoras de soja, ligados ao mercado internacional e à região Sul (PAVÃO, 2005). Conforme Silva (2000), as primeiras agroindústrias instaladas foram as fábricas de óleo de soja e os abatedouros de frangos e suínos.

Somente a partir da segunda metade dos anos 80 e principalmente no começo da década de 90 foi que teve início a instalação das primeiras unidades agroindustriais (fábricas de óleo de soja e abatedouros de frangos e suínos) na região, demarcando o aprofundamento da estruturação dos interesses agroindustriais no espaço regional (SILVA, 2000 *apud* ABREU, 2001, p. 256).

Para Gomes (2016), o Estado de Mato Grosso do Sul experimentou grande crescimento industrial no período de 2000 a 2014, “[...] fomentado pelas políticas industriais

⁹ O Estado de Mato Grosso do Sul foi criado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, que desmembrou a área territorial de Mato Grosso e constituiu o território de Mato Grosso do Sul, definindo como sua capital a cidade de Campo Grande.

federais e leis de incentivos fiscais estaduais; isso tornou o estado atrativo do ponto de vista econômico, que passou a receber investimentos de indústrias exportadoras e empresas oriundas dos estados vizinhos, como São Paulo e Paraná, as quais vieram em busca de competitividade produtiva” (GOMES, 2016, p. 9). Nesse contexto, Gomes (2016) destaca:

Em escala regional, no período [...] de 2000 a 2014, temos a implantação da Lei nº 93/2001 – MS EMPREENDEDOR, ainda no Governo Zeca (1999 – 2003 e 2003 - 2007), que fora continuada pelo governo de André Puccinelli de 2007 até 2015, em seus dois mandatos. Os governadores de Mato Grosso do Sul, desde meados dos anos 2000 têm se empenhado em atrair indústrias [...] o fazendo por meio da concessão de incentivos fiscais, juntamente com o auxílio dos governos municipais, com a doação de terrenos, e outros benefícios que são concedidos à indústria pelo fato de se instalarem no território, sob a justificativa da geração de empregos (GOMES, 2016, p. 93).

De acordo com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul (SEMADE/2015), o estado dispõe de incentivos federais, estaduais e municipais visando à sua industrialização. A partir desse contexto, o tópico seguinte busca analisar o desempenho do setor industrial a partir de alguns indicadores fundamentais relacionados ao PIB, número de estabelecimentos, emprego e exportações do setor industrial.

3 METODOLOGIA

Para contemplar o objetivo geral deste trabalho, que é apreender o processo histórico de industrialização do Estado de Mato Grosso do Sul, a escolha em termos metodológicos refere-se à revisão de literatura e coleta de dados secundários. A revisão da literatura pressupõe a identificação de referencial teórico necessário para interpretar e analisar os dados bem como trabalhos de outros pesquisadores com a mesma temática e disponibilizados em dissertações, teses, livros e artigos científicos. Com referência à pesquisa bibliográfica, Marconi e Lakatos (2003) apontam:

A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 158).

A coleta de dados pautou-se em dados secundários sobre o processo de industrialização recente do estado de Mato Grosso do Sul (MS), referentes aos períodos de

(2000 a 2016) e (2010 a 2016). Os referidos dados foram coletados nos *sites* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE) de (MS), Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul (FIEMS) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI).

4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

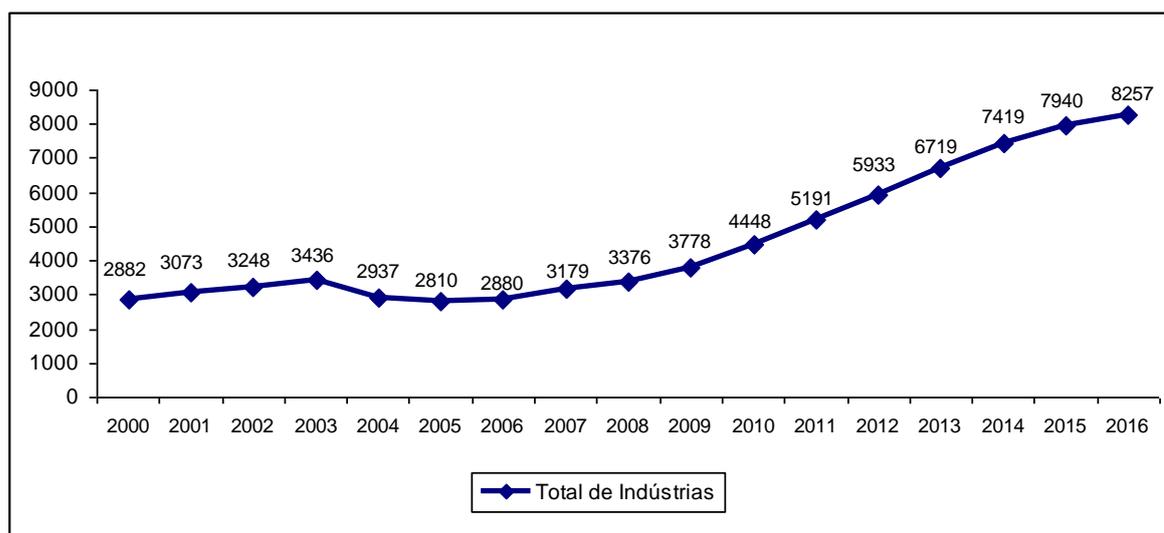
Conforme o Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul/SEMADE/2015, o setor industrial do estado está direcionado para o beneficiamento de produtos vindos principalmente do setor agropecuário como grãos, algodão, carnes, leite, couro, cana, mandioca, minérios e madeiras. O parque industrial do Estado é constituído basicamente por quatro polos: Polo de Campo Grande com segmentos industriais de frigoríficos, lácteos, farinhas, farelos e óleos, curtumes, indústrias de madeira, mobiliária, vestuário, entre outros, liderado pelos municípios de Campo Grande, Terenos e Sidrolândia; Polo de Dourados com indústrias de farelo e óleos vegetais, frigoríficos (carne bovina, aves e suínos), indústria do álcool e do açúcar, erva-mate, têxtil, curtumes, beneficiamento de arroz, entre outros, destacando os municípios de Dourados, Fátima do Sul, Itaporã e Rio Brillhante; Polo de Três Lagoas com indústrias frigorífica, láctea, biscoitos, cerâmica, embalagens, álcool e açúcar, curtume, papel e celulose, bebidas, siderurgia, madeira, entre outros, com maior expressão nos municípios de Três Lagoas, Paranaíba e Aparecida do Taboado; e Polo Industrial de Corumbá com indústria extrativa mineral, de cimento, siderurgia, calcário, láctea, frigorífica e estaleiros, nos municípios de Corumbá e Ladário. De acordo com o autor Ribeiro Silva (2016), os referidos polos foram formados no II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)¹⁰ e são inspirados nos estudos do economista francês François Perroux. Esse retrato industrial é explicado por Las Casas *et al.* (2016) que destacam:

[...] a economia sul-mato-grossense apresenta um forte predomínio da agropecuária e caracteriza-se pelo potencial no fornecimento de matérias-primas para a agroindústria. Na divisão setorial da economia do Estado, a ênfase é para o setor de serviços que vem se desenvolvendo alicerçado na agropecuária. A pecuária e a agricultura são as atividades básicas do setor primário, no qual a cana-de-açúcar e a silvicultura encontra-se em franca expansão. Portanto, o desempenho da economia de MS está diretamente ligado ao comportamento do agronegócio. (LAS CASAS *et al.*, 2016, p. 285).

¹⁰ Esses polos são objeto de estudo do autor François Perroux (1949). Para informações importantes sobre a formação desses polos, consultar o estudo de SOUZA, A. O. **A estratégia dos distritos industriais como instrumento de desenvolvimento regional e a sua aplicabilidade em Mato Grosso do Sul.** (Tese Doutorado em Geografia) FFLCH, Universidade de São Paulo, 2002.

O setor industrial em Mato Grosso do Sul passou por um período de crescimento no número de estabelecimentos industriais entre os anos de 2000 a 2016. No ano de 2000 tínhamos 2.882 plantas industriais enquanto que em 2016 esse número se elevou para 8.257, representando um percentual de aumento de 186,50% em dezesseis anos (Figura 1).

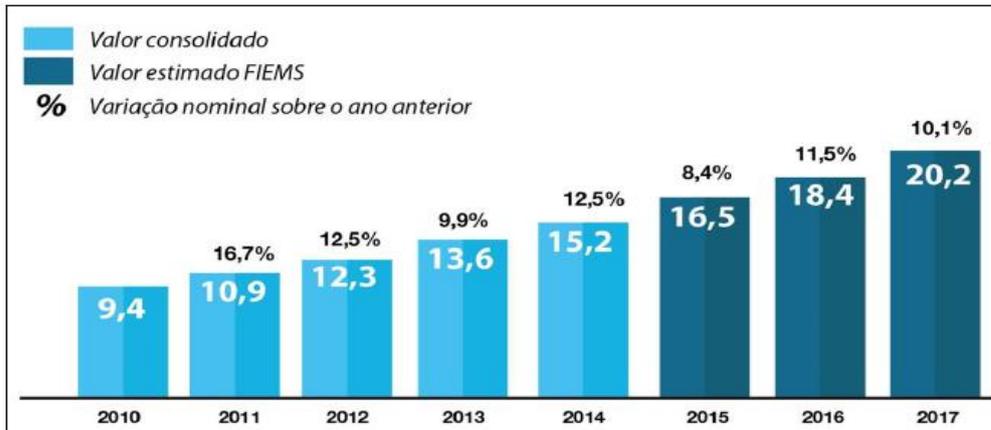
Figura 1: Evolução do total de indústrias em Mato Grosso do Sul – 2000 a 2016¹¹



Fonte: BDEweb – Banco de dados do Estado de MS/SEMADE, 2017. Elaborado pelos autores

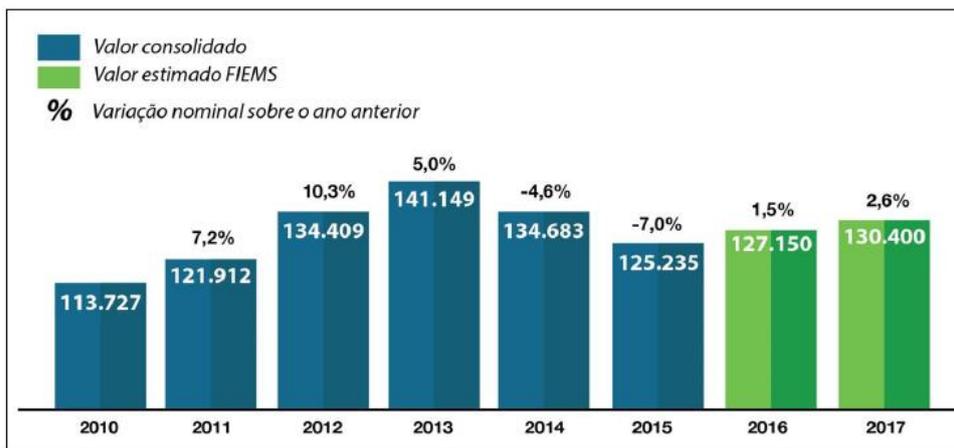
De acordo com dados da CNI – Confederação Nacional da Indústria (2014), que verifica, entre outras informações, a variação da participação da indústria do PIB dos estados durante o período de 2002-2012, o estado de MS obteve variação positiva de 5,0%, ocupando a quarta colocação do *ranking* composto pelos 27 estados, atrás apenas de Rio de Janeiro, Pará e Espírito Santo. A Figura 2 representa o bom momento do PIB industrial no estado. Embora tenham oscilado, os valores vêm aumentando no período recente, e apresentando uma variação positiva tanto em valores gerais quanto em percentual sobre o ano anterior.

¹¹ Os dados referentes ao quantitativo de indústrias do estado de Mato Grosso do Sul no período de 2000 a 2016, foram coletados do Banco de dados do Estado de MS, denominado BDEweb. Disponível em: <<http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em: 16. Ago. 2017.

Figura 2: PIB Industrial (R\$ Bilhões)

Fonte: IBGE/SEMADE e SFIEMS – Estimativas: 2015 e 2016. Projeção 2017.

A indústria tem desempenhado também importante papel no que se refere ao emprego, pois se faz necessário considerar que seus impactos interferem significativamente no mercado de trabalho local. Na Figura 3, é possível observar que a variação nominal do total de trabalhadores formais nas atividades industriais sobre o ano anterior entre 2010-2013 manteve sucessivamente bons resultados. Nesse período, houve aumento total de 27.422 vagas de trabalho formal, equivalente a um aumento de cerca de 24,11%. Contudo, no biênio seguinte a 2013, houve diminuição dos valores. Porém a estimativa e projeção para os anos seguintes prevê recuperação dos números.

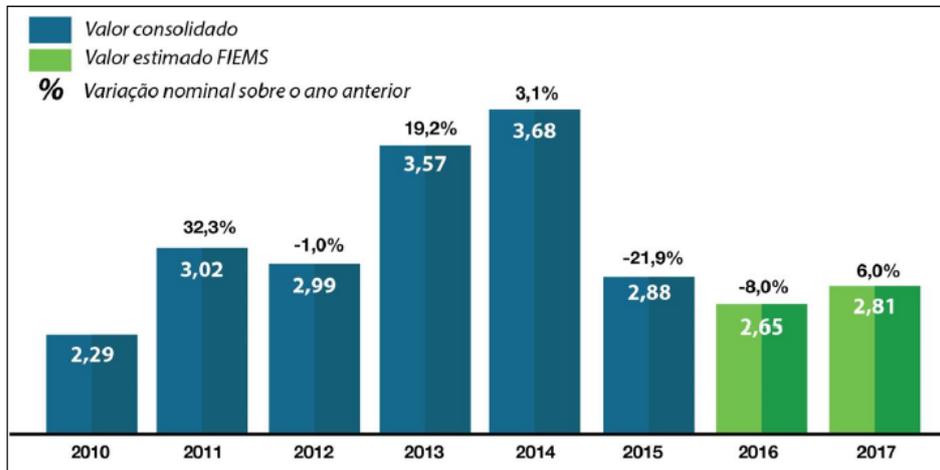
Figura 3: Evolução do total de trabalhadores formais nas atividades industriais – RAIS/CAGED

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e SFIEMS – Estimativas: 2016. Projeção 2017.

Conforme informações do relatório da FIEMS sobre o setor industrial de MS, os dados referentes a exportações de produtos industriais produzidos em Mato Grosso do Sul demonstram que no período houve forte oscilação, alternando bons e maus momentos. Isso pode ser observado no ano de 2011, quando houve uma variação de 32,3% em relação a 2010,

seguido de pequeno recuo no ano seguinte. Essa mesma oscilação é percebida entre 2014 e 2015, quando os valores recuam significativamente, atingindo -21,9%.

Figura 4: Exportação de produtos industriais (R\$ Bilhões)



Fonte: MDIC Fonte: AliceWeb e SFIEMS – Estimativas: 2016. Projeção 2017.

Os dados apresentados nesse setor demonstram o bom desempenho da indústria recente em Mato Grosso do Sul, tanto no que se refere aos valores do PIB industrial que vem sucessivamente aumentando quanto no número de estabelecimentos industriais. Somente houve maior oscilação e valores negativos na segunda metade do período no que se refere a emprego e exportações do setor industrial.

5 CONCLUSÕES

O processo de industrialização brasileira se inicia de forma significativa a partir da década de 1930, período esse marcado pela grande depressão mundial de 1929 e suas consequências sobre a produção de café brasileiro. Nesse cenário, o inicial processo de industrialização nacional aproveitou boa parte das bases estruturais originárias do período de expansão e lucratividade do café. Concentrou-se mais especificamente no Sudeste e obteve bons resultados nas décadas seguintes enquanto era alvo de uma série de planos e incentivos governamentais que visavam à industrialização brasileira.

No caso sul-mato-grossense, o processo de industrialização é bastante recente, tendo início por volta da década de 1970. Esteve e ainda está ligado, de forma muito próxima, ao setor primário. Uma breve análise histórica sobre a indústria em Mato Grosso do Sul evidencia essa característica tão significativa, a base agrária, e explica o fato de seu

desempenho atual ainda estar crucialmente atrelado à agropecuária. Dessa forma, uma análise histórico-estruturalista esclarece e faz elucidar os processos pelos quais se desenvolveram a economia, a sociedade e a política sul-mato-grossense. Uma série de medidas e políticas, incluindo a Marcha para o Oeste, os programas implementados pela SUDECO, induziram e criaram as condições para que o estado desenvolvesse sua “inclinação/vocação” para a agropecuária.

Nesse contexto, nessas bases agrárias desenvolveu-se a industrialização em Mato Grosso do Sul, o que não deve ser considerado ruim ou sinônimo de obstáculos para o fortalecimento da indústria. Pelo contrário, devido sua presença tão marcante e por se tratar de um elemento enraizado fortemente na estrutura de Mato Grosso do Sul, deve ser considerado realmente como “base”, agora no sentido de impulsionador para outras etapas de industrialização.

E conforme indicado por diversos autores, o desenvolvimento da indústria pode proporcionar diversos benefícios e aproveitar-se da especialização agropecuária local para desenvolver-se, assim como no início da industrialização do Sudeste aproveitou-se das bases estruturais geradas pelo café para se desenvolver por meio de uma política industrial presente. Recentemente o desempenho da indústria sul-mato-grossense tem mostrado sua vulnerabilidade, como apontado nas figuras 3 e 4, porém apresenta também seu potencial de crescimento, indicando a necessidade de políticas industriais mais eficazes que permitam a utilização da industrialização como uma alternativa para fomentar o desenvolvimento do estado.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. **Planejamento governamental: a SUDECO no espaço matogrossense: contexto, propósitos e contradições**. 2001. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, 2001. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-28022002-232232/pt-br.php>> Acesso em 30. Abr. 2017.
- BALSAN, R.. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787> Acesso em: 21. Mai. 2017.
- BDE-WEB – BANCO DE DADOS DO ESTADO DE MS. Disponível em: <<http://bdeweb.semade.ms.gov.br/bdeweb/>>. Acesso em: 16. Ago. 2017.
- BRANDÃO, C.. Processo de industrialização e disparidades regionais no Brasil: a necessidade do diálogo entre as políticas industriais e as políticas regionais. In: Jackson De Toni. (Org.). **Dez anos de política industrial: balanço e perspectivas (2004-2014)**. 1 ed.

Brasília: ABDI, 2015, v. 1, p. 93-110. Disponível em:
<<http://www.abdi.com.br/Estudo/Artigos%20ABDI%20-%20Externo%2024042015.pdf>>
Acesso em: 25. Mar. 2017.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo. Atlas, 2000.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Perfil da Indústria nos Estados**. 2014. Disponível em: < <http://perfilestados.portaldaindustria.com.br/>> Acesso em: 15. Mai. 2017.

CORONEL, D. A.; AZEVEDO, A. F. Z.; CAMPOS, A. C.. Política industrial e desenvolvimento econômico: a reatualização de um debate histórico. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 1 (134), pp. 103-119, janeiro-março/2014. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n1/v34n1a07.pdf>> Acesso em: 15. Mai. 2017.

DINIZ, C. C. **A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas**. IPEA, junho de 1995. Disponível em:
<http://desafios2.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0375.pdf> Acesso em 07. Mai. 2017.

FARJADO, S.. Complexo Agroindustrial, Modernização da Agricultura e participação das Cooperativas Agropecuárias no Estado do Paraná. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia, v. 9, n. 27, set/2008, p. 31-44. Disponível em:
<www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/15725/8898> Acesso em: 20. Mai. 2017.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/ CPDOC - CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/>> Acesso em: 11. Mai. 2017.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M.. Divisão regional do trabalho e nova regionalização. In Secretaria de Estado de Educação de São Paulo. **Fundamentos para o ensino de geografia – seleção de textos**. São Paulo, CENP, 1989, p. 45-69.

GOLLIN, D. **The Lewis model**: A 60-year retrospective. *The Journal of Economic Perspectives*, v. 28, n. 3, p. 71-88, 2014.

GOMES, T. N. **A Dimensão Espacial do Processo de Reestruturação da Indústria no Mato Grosso do Sul de 2000 a 2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Área de Concentração Análise Geoambiental e Produção do Território. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Três Lagoas – MS, 2016, 270 p.

JURADO, F. L. S. **O Processo de Industrialização na Cidade de Três Lagoas (MS): Discursos, desdobramentos e contradições**. Dissertação de Mestrado. 207 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus de Aquidauana*. 2008. Aquidauana–MS.

LAS CASAS, A. L. *et al.* O agronegócio e o marketing rural no estado de Mato Grosso do Sul. **História e Perspectivas**, Uberlândia (55): 271-289, jul./dez. 2016. Disponível em:

<<http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/viewFile/35787/18918>> Acesso em 25. Jul. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

MENDONÇA, T. **Processo de Industrialização Brasileira**. 2010. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/5202924-Universidade-estadual-vale-do-acarau-uva-disciplina-geografia-das-industrias-professor-tiberio-mendonca-processo-deindustrializacao-brasileira.html>> Acesso em: 11. Mai. 2017.

MOREIRA, R. da L. **CSN: uma decisão política**. 2002. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/CSN>> Acesso em: 09. Mai. 2017.

NEGRI, B. **Concentração e Desconcentração Industrial em São Paulo (1880- 1990)**. 1994. 268 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), CAMPINAS – SP. 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000082292>> Acesso em: 05. Mai. 2017.

NORONHA, D. P.; FERREIRA, S. M. Revisões de literatura. In: CAMPELLO, B. S.; CONDÓN, B. V.; KREMEER, J. M. (Orgs.). **Fontes de informações para pesquisadores e profissionais**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

OCAMPO, J. A. **Hirschman, la industrialización y la teoría del desarrollo**. Desarrollo y sociedad, Bobotá, n. 62, p. 41-65, 2008.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns de seus Problemas Principais. In: BIELSHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RATHMANN, R. et al. Diversificação produtiva e as possibilidades de desenvolvimento: um estudo da fruticultura na região da Campanha no RS. **RER**, Piracicaba, v. 46, n. 2, p.325-354, abr-jun. 2008.

RIBEIRO SILVA, C. H.. **Política Industrial Brasileira e a Industrialização de Mato Grosso do Sul no Século XXI**. 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados – MS, 2016,

SARMENTO, A. D. **Etapas do desenvolvimento econômico no Brasil**—um exercício rostowiano. 2008. 212 f. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

SCHALLENBERGER, E.; SCHNEIDER, I. E. Fronteiras agrícolas e desenvolvimento territorial – ações de governo e dinâmica do capital. **Revista Sociologias**. Vol.12 nº. 25. Porto Alegre – Sept./Dec de 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300008> Acesso em: 10. Mai. 2017.

SEMADE – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico de Mato Grosso do Sul. **Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015**. Campo Grande: SEMADE, 2015.

SILVA, R. B. **Concentração e desconcentração industrial: São Paulo é centro industrial do país**. 2008. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/concentracao-e-desconcentraoindustrial-sao-paulo-e-centro-industrial-do-pais.htm>> Acesso em: 05. Mai. 2017.

TAVARES, J. C.. A Teoria dos Pólos de Crescimento e o Diálogo entre o Planejamento Urbano e Regional: Permanências e Ausências na Urbanização do Estado de São Paulo. **In: Anais XVI ENANPUR**, V. 1, p. 01-17, 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=614> Acesso em: 11. Jun. 2017.

TERRA, A. A Modernização Agropecuária de Mato Grosso do Sul: 1970-1985. **In: II Encontro de Grupos de Pesquisa, 2006, Uberlândia – MG. II Encontro de Grupos de Pesquisa – Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Socioespaciais**. Uberlândia, 2006. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t05.pdf>> Acesso em: 03. Fev. 2017.

TONI, J. de (Org.). **Dez anos de Política Industrial: Balanço e perspectivas**. Brasília: Abdi, 2015. 194 p.

VIEIRA, F. V.; AVELLAR, A. P.; VERÍSSIMO, M. P. Indústria e crescimento econômico: evidências para países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, vol. 34, nº 3 (136), pp. 485-502, julho-setembro/2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v34n3/v34n3a08.pdf>> Acesso em: 25. Mar. 2017.